

Sepe convoca categoria para a luta com assembleia da rede estadual no dia 7 de março

No sábado, 7 de março, o Sepe convoca os profissionais da rede estadual para a luta. Neste dia, a categoria irá realizar sua primeira assembleia geral do ano, **em formato híbrido**, com local e hora a confirmar, para discutir a luta em 2026.

É muito importante a participação massiva da categoria nesta assembleia, onde iremos discutir, além da conjuntura estadual e nacional, o início da luta por reajuste (os salários se encontram congelados há mais de dois anos) e pela recomposição das perdas de 2017 a 2021, interrompida pelo calote do governador Cláudio Castro nas duas parcelas restantes do acordo feito com a ALERJ.

Outra pauta importante desta assembleia será o planejamento de uma estratégia de mobilização e de luta contra os sucessivos ataques do governo Cláudio Castro e da sua bancada contra a Educação estadual, como o uso dos recursos do RioPrevidência em operações com o Banco Master. Participe! ■



INSCREVA-SE PARA PARTICIPAR NO FORMATO ONLINE:



redeestadual.seperj.info

LEIA NESTA EDIÇÃO DO BOLETIM DO SEPE

O novo valor do piso nacional e a luta para que o governador pague o piso

TABELA: Como seria o salário com o piso na carreira

Absurdo: Segmentos da rede estadual recebem abaixo do salário mínimo

Piso nacional dos funcionários é aprovado na Câmara e vai ao Senado

O dinheiro do RioPrevidência e o escândalo do Banco Master

Sepe participa do Congresso da CNTE, em Brasília

Precarização na rede estadual: SEEDUC anuncia 1.750 vagas para professores temporários

ASEEDUC anunciou a contratação de novos professores temporários, em mais um ataque ao concurso público. Serão ofertadas até 1.750 vagas para os anos iniciais e finais dos ensinos Fundamental e Médio, em 2026 e 2027.

Para o Sepe, trata-se de mais um avanço da precarização a que o governador Cláudio Castro submete a educação. Castro, pelo visto, é contra a realização de concurso público para suprir as demandas de vagas de profissionais nas escolas e não convoca os aprovados. O governador, em 2024, aprovou na ALERJ lei permitindo contratações de até 30% em relação ao total de docentes na rede.

Para o sindicato, a instituição do concurso público é necessária pela estabilidade que oferece à categoria e os vínculos mais profundos criados com a comunidade escolar. Há mais de dez anos não há concursos públicos na rede. Por outro lado, as contratações temporárias não garantem a permanência do profissional e não resolvem o crônico problema da carência de profissionais. Além disso, a contratação ameaça o próprio sistema de previdência dos servidores estaduais. ■



Quatro razões para preferir o concurso público em vez dos contratos temporários

- 1** A estabilidade permite que o concursado avance na carreira, melhorando a qualidade do ensino oferecido.
- 2** O ingresso através de concurso público, em vez de seleção, evita indicações políticas, com objetivos eleitorais.
- 3** O concursado, pelo tempo na escola, tem condições de estabelecer vínculos mais profundos com alunos e comunidade.
- 4** A estabilidade garante liberdade para fazer denúncias (corrupção, desvios, assédio, abusos), sem receio de perder o emprego.

Escândalo do Banco Master: preso ex-presidente do Rioprevidência

Agentes das Polícias Federal e Rodoviária Federal prenderam, no dia 3 de fevereiro, o ex-presidente do Rioprevidência, Deivis Marcon Antunes, em Itatiaia, no Sul do Rio de Janeiro. Antunes foi preso durante a segunda fase da Operação "Barco de Papel", que cumpriu três mandados de prisão temporária e nove de busca e apreensão no RJ e em Santa Catarina. Os mandados foram decretados pela 6ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro com base em indícios de obstrução de investigações e ocultação de provas.

Antunes, é sempre bom lembrar, foi nomeado pelo governador Cláudio Castro e comandou o Rioprevidência até 23 de janeiro, data em que renunciou após a primeira fase da operação "Barco de Papel" da Polícia Federal para apurar suspeitas de gestão fraudulenta, desvio de dinheiro e corrupção no fundo. Foi na sua administração e de outros dois ex-diretores da autarquia que o fundo de previdência dos servidores estaduais do Rio de Janeiro investiu R\$ 970 milhões em letras financeiras do Banco Master, títulos de investimento de alto risco que não contam com a cobertura do fundo garantidor de crédito.

Como sabemos, o governador Cláudio Castro é do PL, um dos partidos que têm políticos envolvidos nas transações do Banco Master. Deivis Marcon Antunes certamente não investiu no Master tal soma de dinheiro sem aval ou o conhecimento do governador.

O Rioprevidência, responsável pelo pagamento de cerca de 240 mil aposentadorias e pensões, tem sido fonte de preocupação da Secretaria de Aposentados(as) do Sepe há muito tempo. Em 2023, atentos para os problemas de malversação e gestão temerária, comprovados pela CPI do Rioprevidência, os apo-



Operações com o Master começaram após a posse do presidente do Rioprevidência, Denis Marcon Antunes.



Ato da Secretaria de Aposentadas no Rioprevidência, em 2025

sentados lançaram a campanha "Tirem as mãos da nossa Previdência!" e realizaram desde então atos na sede do órgão para exigir transparência e garantias do governo do estado.

O problema piorou com a aprovação de projeto do governador Cláudio Castro que permite utilizar royalties do petróleo destinados ao caixa do fundo para pagar dívidas. E a crise desandou ainda mais com o escândalo dos investimentos no Master, prejuízo que pode afetar o futuro das nossas aposentadorias

Durante o 35º Congresso da CNTE, em Brasília, a delegação do Sepe esteve no Ministério da Previdência Social solicitando audiência com o ministro para pedir intervenção junto ao Rioprevidência.

Para o sindicato, é necessário avançar nas investigações sobre as ligações dos políticos que tentaram de todas as formas evitar a liquidação do Master e, também, daqueles que permitiram ou ordenaram que fundos de pensão e bancos como o Banco Regional de Brasília (BRB) despejassem bilhões de reais a fundo perdido no caixa de um banco com notórios problemas financeiros.

O Sepe repudia que o governador, responsável pela nomeação dos diretores agora investigados e integrante do PL, tenha permitido ou se envolvido na série de operações financeiras envolvendo o Rioprevidência e um banco sabidamente com problemas de gestão dos fundos. Apesar de alertas do TCE, Castro, assim como outros governadores, prefeitos e políticos, continuaram despejando recursos em uma instituição podre. ■



AGENDA PLENÁRIAS HÍBRIDAS DO COLETIVO ESTADUAL DE APOSENTADAS DO SEPE-RJ

MARÇO 17	ABRIL 14	MAIO 19	JUNHO 16	JULHO 21	AGOSTO 18	SETEMBRO 15	OUTUBRO 20	NOVEMBRO 17	DEZEMBRO 15
--------------------	--------------------	-------------------	--------------------	--------------------	---------------------	-----------------------	----------------------	-----------------------	-----------------------

Sempre às 09H30.
Parte presencial:
SEPE-RJ

LULA ASSINA MP E REAJUSTA EM 5,4% O PISO NACIONAL EM 2026

O presidente Lula editou uma Medida Provisória (MP) que reajusta de forma imediata em 5,4% o piso nacional do magistério para o ano de 2026. Com a medida, o piso passará de R\$ 4.867,77 para R\$ 5.130,63, com ganho real de 1,5 ponto percentual acima da inflação. A MP, assinada no dia 21/01 e com validade imediata, determina que o piso será sempre atualizado e que o reajuste nunca poderá ser inferior à inflação do ano anterior, apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Desde o início do ano, os profissionais de educação estavam mobilizados para exigir do governo federal uma proposta de reajuste diferente da que vinha sendo especulada pelo Congresso Nacional e que previa reajuste de 0,37%, que representaria cerca de R\$ 18 no valor do piso. Com a pressão da categoria, o governo anunciou o reajuste de 5,4%.

O texto determina que a atualização anual do piso seja feita a partir da soma do INPC do ano anterior e



Assinatura da MP, com a presença da CNTE. Foto Ricardo Stuckert/PR

de 50% da média da variação percentual da receita real, com base no INPC, relativa à contribuição de estados, Distrito Federal e municípios ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), realizada nos cinco anos anteriores. Este percentual nunca poderá ser inferior à inflação. O MEC informou que a MP pretende fazer a adequação à Lei do Novo FUNDEB, de setembro de 2020.

Agora é iniciar 2026 com muita luta para pressionar o governador Cláudio Castro e prefeitos para que paguem o novo valor respeitando os planos de carreira. E cobrar dos ministros do STF que retomem o julgamento do piso. ■

Julgamento do Piso no STF foi suspenso após pedido de vista do ministro Toffoli

O julgamento virtual no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a incidência do piso nacional do magistério (Lei nº 11.738) nos planos de carreira dos profissionais do magistério (Tema 1218) foi iniciado em 12 de dezembro, com o voto do ministro-relator Cristiano Zanin, sujeito a diferentes interpretações.

Após o voto, o julgamento foi suspenso com o pedido de vista do ministro Dias Toffoli, que pode

durar até 90 dias.

O Sepe, junta aos departamentos jurídicos e a assessoria da CNTE – confederação à qual o sindicato é filiado e que integra o presente julgamento – continuarão estudando a tese e acompanhando os demais votos.

O Sepe convoca a categoria a continuar a pressão para que o ministro destrave o julgamento e dê uma sentença favorável aos profissionais.

Campanha cobrou do governador o pagamento do piso e a recomposição



Ônibus adesivado em Teresópolis

Entre novembro e dezembro, o Sepe veiculou anúncios em rádios e ônibus, denunciando as perdas e exigindo o pagamento do piso nacional e a recomposição. Com cartazes, adesivos, rádios e busdoor, cobrou do governador a devolução do poder de compra do salário.

A campanha foi veiculada nas rádios CBN, Globo e Antena 1, durante 20 dias, e circulou em 209 ônibus durante um mês, em 37 municípios e na capital.

Confira o vencimento-base atual e o que deveria ser pago pelo governo

Veja nas tabelas produzidas pelo Sepe/Dieese, o valor do vencimento-base dos docentes da SEEDUC e quanto o governo deveria pagar caso respeitasse a aplicação do plano de carreira, com a diferença de 12% entre os níveis. Como pode ser observado, com o reajuste do salário mínimo em janeiro, diversos segmentos de educadores se acham com o vencimento-base abaixo do valor do mínimo (*leia mais na página 7*).

PROFESSOR DOCENTE I 16H

REF	VENCIMENTO-BASE (VB) EM 2026, em R\$	COMO SERIA O VB COM O PISO NA CARREIRA, em R\$
3	1.411,92	3.539,72
4	1.581,35	3.964,49
5	1.771,11	4.440,23
6	1.983,65	4.973,06
7	2.221,68	5.569,82
8	2.488,29	6.238,20
9	2.786,88	6.986,79

PROFESSOR DOCENTE I 18H

REF	VENCIMENTO-BASE (VB) EM 2026, em R\$	COMO SERIA O VB COM O PISO NA CARREIRA, em R\$
3	1.588,41	3.982,19
4	1.778,98	4.460,05
5	1.992,46	4.995,26
6	2.231,06	5.594,69
7	2.499,36	6.266,05
8	2.799,27	7.017,98
9	3.135,19	7.860,14

PROFESSOR DOCENTE 30H

REF	VENCIMENTO-BASE (VB) EM 2026, em R\$	COMO SERIA O VB COM O PISO NA CARREIRA, em R\$
3	2.647,30	6.636,98
4	2.964,98	7.433,42
5	3.320,78	8.325,43
6	3.718,43	9.324,48
7	4.165,59	10.443,42
8	4.665,47	11.696,63
9	5.225,31	13.100,23

PROFESSOR, SUPERVISOR ESCOLAR, ORIENTADOR ED. E INSPECTOR ESC. 25h

REF	VENCIMENTO-BASE (VB) EM 2026, em R\$	COMO SERIA O VB COM O PISO NA CARREIRA, em R\$
3	2.206,08	5.530,82
4	2.470,83	6.194,52
5	2.767,32	6.937,86
6	3.099,40	7.770,40
7	3.471,32	8.702,85
8	3.887,89	9.747,19
9	4.354,44	10.916,86

PROFESSOR EX-FAEP DOCENTE I 40h

REF	VENCIMENTO-BASE (VB) EM 2026, em R\$	COMO SERIA O VB COM O PISO NA CARREIRA, em R\$
3	3.529,74	8.849,31
4	3.953,34	9.911,23
5	4.427,72	11.100,58
6	4.959,06	12.432,64
7	5.554,11	13.924,56
8	6.220,64	15.595,51
9	6.967,11	17.466,97

PROFESSOR EX-FAEP DOCENTE II 40h

REF	VENCIMENTO-BASE (VB) EM 2026, em R\$	COMO SERIA O VB COM O PISO NA CARREIRA, em R\$
1	2.251,11	5.130,63
2	2.521,26	5.746,31
3	2.823,80	6.435,86
4	3.162,63	7.208,17
5	3.542,17	8.073,15
6	3.967,24	9.041,92
7	4.443,30	10.126,95
8	4.976,50	11.342,19
9	5.573,66	12.703,25

PROFESSOR DOCENTE II 22h

REF	VENCIMENTO-BASE (VB) EM 2026, em R\$	COMO SERIA O VB COM O PISO NA CARREIRA, em R\$
1	1.125,55	2.821,85
2	1.260,61	3.160,47
3	1.411,92	3.539,72
4	1.581,31	3.964,49
5	1.771,08	4.440,23
6	1.983,16	4.973,06
7	2.221,65	5.569,82
8	2.488,24	6.238,20
9	2.786,83	6.986,79

Simulação com Piso Nacional na Ref. 1 Doc II 22h. Elaboração: Sepe/Dieese. Fontes: GESPERJ. Caderno de Remunerações. Junho de 2025.

Sepe participa do 35º Congresso da CNTE, em Brasília

DIVULGAÇÃO/CNTE

De 15 a 18 de janeiro, o Sepe participou do 35º Congresso da CNTE, o primeiro presencial após a pandemia e que marcou a volta do sindicato aos quadros da entidade. O evento no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, foi marcado pela luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos, democracia, sustentabilidade e soberania para fazer face aos avanços da extrema direita e do neoliberalismo.

A programação combinou análise de conjuntura, debates sobre política educacional e sindical, plenárias deliberativas, grupos de trabalho e atividades culturais. Painéis com convidados como o neurocientista Miguel Nicolelis e a ministra Macaé Evaristo, colocaram temas como o papel da escola pública, a valorização docente, a diversidade e o meio ambiente.

Ao final, foi aprovado plano de lutas para enfrentar a extrema direita, a mercantilização, a privatização e a militarização das escolas. Também foram condenados o ataque do governo Trump na Venezuela, as ameaças sobre as democracias latino-americanas e o massacre de Israel em Gaza.

O Sepe, que retornou à CNTE após decisão congressual de 2023, marcou presença com cerca de 200 delegados e entregou três moções para a plenária do evento.

NOVA DIREÇÃO

No dia 17/1, delegados e delegadas elegeram a Chapa 10 "Unidade para Lutar e Conquistar" com 93,76% dos votos no pleito para a Direção e o Conselho Fiscal da entidade no quadriênio 2026-2030. Com o resultado, Fátima Silva assu-



mirá a presidência da CNTE. O Sepe está representado na nova diretoria com as professoras Izabel Costa e Odisseia Pinto de Carvalho.



A chapa vencedora reúne uma aliança de forças políticas e assume com o compromisso de fortalecer a unidade diante dos desafios da conjuntura política e educacional.

Também disputou o pleito a Chapa 20 – CNTE com Independência de Classe e Luta.

Fátima Silva será a segunda mulher a presidir a CNTE em toda a história, após Juçara Dutra Vieira (2002-2008). Sua posse tem um peso simbólico para uma categoria majoritariamente feminina. "Não se trata apenas de ocupar um cargo, mas de reafirmar que as mulheres têm voz, têm história e têm papel central na luta sindical e na construção da educação pública brasileira", afirmou Fátima.



No encerramento, ela recordou sua trajetória no magistério em Coronel Sapucaia (MS) e lembrou que a luta contra o neoliberalismo e avanço da extrema-direita não será fácil. "Não viveremos dias fáceis e em calmaria. Por isso, precisamos estar juntos e nos apoiar, alimentar a esperança, estar presentes na nossa base social, porque é de lá que vem a nossa força", afirmou. Entre as prioridades anunciadas estão a resistência à Reforma Administrativa, a garantia do Piso na carreira e a defesa da liberdade de cátedra.■



Leia mais sobre o congresso:
www.seperj.org.br
www.cnte.org.br

SEPE PROTOCOLOU NO MEC PEDIDO DE AUDIÊNCIA COM O MINISTRO



Durante o Congresso da CNTE, uma representação do Sepe esteve no Ministério da Educação no dia 16/1 para solicitar audiência com o ministro Camilo Santana. O objetivo da reunião é denunciar as seguintes questões em relação à educação pública no estado do Rio de Janeiro: Vencimentos-base de vários segmentos de profissionais da rede estadual abaixo do salário mínimo nacional reajustado em janeiro deste ano; Situação dos animadores culturais ameaçados de demissão e com salários também abaixo do mínimo; Situação da rede municipal do Rio com profissionais adoecendo por causa da sobrecarga com a minutagem e sem compensação com o aumento das horas aulas.

Em seguida, os profissionais foram ao Ministério da Previdência e Assistência Social e protocolaram pedido de audiência com o ministro Wolney Queiroz para discutir a situação do Rioprevidência; a Lei aprovada na Alerj que permite o uso dos royalties do petróleo destinados ao caixa do Fundo para pagar dívidas dcom a União; e o escândalo do Banco Master, liquidado pelo Banco Central, no qual o Rioprevidência tem aplicado cerca de R\$ 1 bilhão. ■

Parte da categoria inicia o ano recebendo menos do que o salário mínimo

SEGMENTO ABAIXO DO MÍNIMO (R\$ 1.621)	VENCIMENTO-BASE
FUNCIONÁRIOS (nível elementar, fundamental, ensino médio e até a referência III de ensino superior)	De R\$ 802,66 a R\$ 1.604,53
ANIMADORES CULTURAIS	R\$ 1.260
DOCENTES II 22H (nível 1 ao 4)	De R\$ 1.125,55 a R\$ 1.581,31
DOCENTES I 16H (níveis 3 e 4)	R\$ 1.411,92 e R\$ 1.581,31
DOCENTES I 18H (nível 3)	R\$ 1.588,39

Em 1º de janeiro o salário mínimo passou de R\$ 1.518 para R\$ 1.621, com o reajuste anunciado pelo governo federal. Desta maneira, os vencimentos-base de diversos segmentos da rede estadual ficaram abaixo do mínimo, o que é proibido pela Constituição.

O Sepe já entrou em contato com a SEEDUC, solicitando audiência para discutir o problema, que, infelizmente, não é novo para alguns segmentos como o dos funcionários e o dos animadores culturais que, há muito tempo, recebem abaixo do mínimo e, no caso dos animadores, ainda lutam para regularizar sua situação funcional. Vamos continuar cobrando de Cláudio Castro. O orçamento aprovado para 2026 (Lei 11.098) autoriza o estado a pagar a recomposição e dar reajuste. ■

Piso dos Funcionários é aprovado na Câmara e vai ao Senado

Em vitória que mostra a força dos funcionários e de suas entidades, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou em 9/12, em caráter conclusivo, o piso nacional para profissionais da área técnica, operacional e administrativa da educação básica pública.

O Projeto de Lei 2531/2021 agora segue ao Senado e, se aprovado, funcionários irão receber 75% do piso do magistério.

A Secretaria de Funcionários do Sepe saúda a aprovação, muito aguardada pelo conjunto desse segmento dos profissionais. Nos últimos anos, o Sepe marcou presença em Brasília, participando de atos promovidos pela CNTE e pelas demais entidades representativas dos educadores, além de atividades de pressão sobre os parlamentares.

Agora, a mobilização tem que continuar para que o PL 2531 seja aprovado pelo Senado. ■



AGENDA PLENÁRIAS HÍBRIDAS DO COLETIVO ESTADUAL DE FUNCIONÁRIOS

MARÇO 21	ABRIL 11	MAIO 30	JUNHO 20	AGOSTO 15	SETEMBRO 19	OUTUBRO 24	NOVEMBRO 28	DEZEMBRO 19
--------------------	--------------------	-------------------	--------------------	---------------------	-----------------------	----------------------	-----------------------	-----------------------

Sempre em um sábado, às 09H.
Parte presencial:
SEPE-RJ

Informe sobre direito à incorporação da gratificação para quem trabalhou em Regime Especial de Trabalho

O Departamento Jurídico do Sepe informa que profissionais da rede estadual que se aposentaram nos últimos cinco anos e trabalharam em Regime Especial de Trabalho (RET) nos anos de 1994, 1995, 1996, 1997 e/ou 1998, podem ter direito à incorporação da gratificação.

Segundo o Jurídico, os valores retroativos podem representar somas consideráveis, a depender da análise de cada caso, valores e tempo de permanência no regime RET.

Deste modo o Sepe recomenda que os profissionais enquadrados neste caso verifiquem se seus con-

tracheques de 1994 a 1998 possuem a rubrica RET ou Encargos RET. Se constar nos contracheques, o sindicato poderá entrar com ação judicial individual reivindicando este direito. Em caso de ganho na Justiça, os valores retroativos a serem recebidos serão referentes aos últimos cinco anos. E a incorporação na aposentaria será de 20% a cada ano trabalhado neste Regime Especial, até o limite de 100%.

Se você se enquadra nestes requisitos, veja os documentos necessários:

Comprovante de filiação ao SEPE; Identidade e CPF; Compro-

vante de residência; Diário Oficial da publicação da aposentadoria; Contracheques de 1994 a 1998; 3 últimos contracheques para análise do pedido de gratuidade de justiça; Se portador de doença grave, trazer recente laudo médico.

Caso o servidor esteja na ativa, o sindicato orienta a pedir junto com a aposentadoria a incorporação da Gratificação RET.

Para mais informações entre em contato com o Departamento Jurídico do Sepe RJ (21 2195-0457) e agende atendimento com um advogado, levando todos os documentos listados acima. ■

Lei do Descongela: Conheça o parecer do Jurídico do Sepe

Para o Departamento Jurídico (DJ) do Sepe, a sanção do presidente Lula da Lei Complementar 226/2026, antigo PLP 21/2003, de autoria da deputada federal Luciene Cavalcante (PSOL-SP), que altera Lei do governo Bolsonaro que proibia a concessão de vantagens, reajuste ou adequação de remuneração a servidores (f federais, estaduais e municipais) assim como não permitia a contagem para pagamento de anuênios, triênios, licenças-prêmio entre outros benefícios, não significa que seria necessária, num primeiro momento, a judicialização.

Embora a chamada "Lei do Descongela" garanta o descongelamento automático dos 583 dias e autorize o pagamento retroativo, faltaria aos entes estaduais e municipais, dentro de sua autonomia financei-

ra e orçamentária, adequar suas leis para concretizar o que determina a nova lei e não caberia, portanto, à União determinar o pagamento.

Como forma de pressionar os governos para que criem legislações locais que permitam o cumprimento do disposto na LC 226, o DJ propõe, num primeiro momento, que o sindicato envie ofícios para os governos estadual e municipais, reivindicando que seja editada com a máxima urgência uma legislação local, prevento o pagamento nos termos autorizados pela LC 226, incluindo o reflexo nos proventos dos que se aposentaram neste período. O DJ recomenda também que seja lembrada a urgência da edição de legislação local que corrija as distorções nos termos da LC 226/2026, tão aguardada pela categoria desde 2020. ■



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS
DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457/0458
(Agendar atendimento, 11h às 16h).

www.seperj.org.br

instagram.com/sepe_rj

facebook.com/Seperj

youtube.com/SepeRJoficial

twitter.com/RjSepe



Sindicalize-se